

RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.778 - SP (2019/0015389-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : VILMA GALO
ADVOGADO : PAULO JOÃO BENEVENTO - SP208812
RECORRIDO : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS E
OUTRO(S) - SP273843

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. PLANO DE SAÚDE. AUMENTO DE MENSALIDADES POR IMPLEMENTO DE IDADE. FAIXA ETÁRIA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ART. 206, § 3º, IV, DO CC/2002.

1. MATÉRIA DECIDIDA PELA SEGUNDA SEÇÃO NO JULGAMENTO DO RESP 1.360.969/RS, REL. MINISTRO MARCO BUZZI, REL. P/ ACÓRDÃO MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, DJE 19/09/2016. ESPECIAL EFICÁCIA VINCULATIVA DESSE PRECEDENTE (CPC/73, ART. 543-C, § 7º), IMPONDO SUA APLICAÇÃO EM CASOS ANÁLOGOS.

2. RECONHECIMENTO DO DIREITO À REPETIÇÃO DOS PAGAMENTOS INDEVIDAMENTE REALIZADOS NO TRIÊNIO ANTERIOR À DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO, CONFORME DECIDIDO NO RESP 1.360.969/RS E NO RESP 1.361.182/RS, AMBOS SUBMETIDOS AO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

3. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por VILMA GALO em face de acórdão do TJSP, assim ementado:

Seguro-saúde Prescrição ânua Inocorrência Reconhecimento, contudo, da prescrição com relação ao reajuste aplicado em 1999 - Reajuste aplicado em 2009 por mudança de faixa etária Inadmissibilidade Aplicabilidade das Leis nº 9656/98 e 10.741/03 (Estatuto do Idoso) Vedação da variação do prêmio para maiores de 65 anos Cláusula contratual abusiva Caracterização - Marco inicial da restituição de valores, que deve se dar a partir do ajuizamento da ação Sentença parcialmente reformada - Recurso parcialmente provido.

Seguro-saúde - Prescrição decenal - Inocorrência -

Reconhecimento, contudo, da prescrição com relação ao reajuste aplicado em 1999 - Reajuste aplicado em 2009 por mudança de faixa etária Inadmissibilidade Aplicabilidade das Leis nº 9656/98 e 10.741/03 (Estatuto do Idoso) - Vedação da variação do prêmio para maiores de 60 anos Cláusula contratual abusiva Caracterização - Marco inicial da restituição de valores, que deve se dar a partir do ajuizamento da ação - Sentença parcialmente reformada Recurso especial ajuizado pela autora Ausência de enquadramento nas questões decididas nos Recursos Especiais 1.360.969/RS e 1.361.182/RS - Parcial provimento do recurso ratificada, determinado o processamento do recurso especial. (fl. 384)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 250/254 e 262/266).

No recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente apontou, além do dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 128, 515, 458, I e II e 460, 283, 284, 285 e 326, do Código de Processo Civil e 166, VII, 169 e 876, do Código Civil Brasileiro, fazendo-o, enfim, para reconhecer e declarar o direito à repetição do indébito e para condenar a operadora de planos de saúde a devolver à recorrente todas as diferenças pagas a maior, nos dez anos que antecederam a propositura da ação, com juros e correção monetária, devendo-se, ainda, condená-la a pagar os honorários de sucumbência, as custas e as despesas do processo. Aduziu, ainda, que o aresto, conferindo interpretação equivocada ao art. 205 do Código Civil, fixou o termo inicial da prescrição na data do ajuizamento da ação.

Encaminhado os autos à Câmara julgadora, em razão do julgamento dos REsp 1.360.969/RS e 1.361.182/RS, foi proferido o seguinte acórdão:

Seguro-saúde - Prescrição decenal - Inocorrência - Reconhecimento, contudo, da prescrição com relação ao reajuste aplicado em 1999 - Reajuste aplicado em 2009 por mudança de faixa etária Inadmissibilidade Aplicabilidade das Leis nº 9656/98 e 10.741/03 (Estatuto do Idoso) - Vedação da variação do prêmio para maiores de 60 anos Cláusula contratual abusiva Caracterização - Marco inicial da restituição de valores, que deve se dar a partir do ajuizamento da ação - Sentença parcialmente reformada Recurso especial

ajuizado pela autora Ausência de enquadramento nas questões decididas nos Recursos Especiais 1.360.969/RS e 1.361.182/RS - Parcial provimento do recurso ratificada, determinado o processamento do recurso especial. (fl. 384)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 435/439 e 447/451).

Ratificado o recurso especial às fls. 412/416, a recorrente reafirma a tese de que, ao reconhecer que o reajuste da mensalidade decorrente da mudança de faixa etária é abusivo e nulo, o Tribunal *a quo* deveria ter determinado a restituição do valor pago a maior pelo segurado a fim de restabelecer o *status quo ante*. Pondera que a manutenção do acórdão recorrido acarretará enriquecimento indevido da ré.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 300/324.

É o relatório.

Passo a decidir.

Primeiramente, registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Afasto as preliminares de não conhecimento do recurso especial porquanto a matéria relativa à restituição está devidamente prequestionada, razão pela qual passo ao exame do próprio mérito do recurso especial, estando a análise das demais questões periféricas prejudicadas.

Quanto à restituição dos valores indevidamente pagos, a Corte de origem assinalou:

Desse modo, em razão do indevido reajuste da mensalidade do plano de saúde por mudança de faixa etária, correta a determinação de devolução dos valores indevidamente cobrados. Entretanto, a devolução não deve

ocorrer nos moldes em que determinados pela r. sentença.

Embora aplicável ao caso vertente o prazo prescricional de dez anos previsto no art. 205, do CC, entendo que a restituição da diferença dos valores pagos indevidamente deve limitar-se ao último reajuste que antecedeu a propositura da ação.

Observa-se dos autos que o autor efetuou o pagamento de diversas prestações do contrato de plano de saúde de maneira espontânea e sem qualquer ressalva, mesmo após a ré ter reajustado o seu valor. Não pode o autor agir de maneira contraditória, submetendo-se ao pagamento dos reajustes anteriores e, após período considerável de tempo, insurgir-se contra os referidos valores e pleitear a sua devolução.

*O princípio do **venire contra factum proprium**, desdobramento da boa-fé objetiva, é perfeitamente aplicável ao caso, impedindo a adoção de comportamento contraditório pelas partes.*

*Nessa linha, o pagamento espontâneo das parcelas realizado após os reajustes, sem qualquer irresignação, implica a perda do direito de restituição dos valores pagos indevidamente, ante a incidência do instituto da **supressio**. O pagamento sem ressalvas das parcelas anteriormente reajustadas gerou legítima expectativa de não exercício do direito de reaver os valores.*

Sobre o tema, confira-se o precedente desta C. Câmara em caso análogo:

(...)

Destarte, a restituição da diferença dos valores indevidamente pagos deve se restringir ao último reajuste que antecedeu a propositura da ação (e-STJ fls. 299/301 - grifos nossos).

Constata-se que o Tribunal local dissentiu do entendimento desta Corte Superior, devendo ser reformado, no ponto, pois é certo que os efeitos pecuniários advindos da declaração de abusividade da cláusula de reajuste estipulada no contrato de plano de saúde, nos casos em que houver pagamento indevido, devem corresponder ao triênio anterior ao ajuizamento da ação, como assentado nos Recursos Especiais Repetitivos 1.360.969/RS e 1.361.182/RS, afastando-se o instituto da *supressio*.

Seguindo a mesma linha, vale citar a decisão monocrática prolatada no

REsp 1.728.894/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 17/04/2018.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para determinar a devolução dos valores pagos a maior no triênio anterior à data do ajuizamento da ação, mantida a sucumbência fixada pelo acórdão recorrido, porquanto não vislumbro a sucumbência mínima da autora a autorizar a readequação da verba.

Advirto as partes da multa prevista ao agravo interno manifestamente improcedente (art. 1.021, § 4º, do NCPC).

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator